

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ENCONTROS COM A EDUCAÇÃO POPULAR

Veridiana Caseira¹

Vilmar Alves Pereira ²

Resumo

O presente trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado da autora que está em andamento através do programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande (PPGeDU/FURG). Temos a intenção de apresentar a história da Educação de Jovens e Adultos, a fim de situar o possível leitor de alguns dados históricos da modalidade, sem a pretensão de contá-la em sua totalidade, uma vez que, compreendemos que a EJA esteve sempre imersa em contextos muitas vezes informais que carecem de registros. Acreditamos que essa modalidade de ensino está intrinsecamente relacionada à Educação Popular e, que por vezes ganhou representatividade através de movimentos populares ao longo de sua história, sobretudo no século XX.

Palavras Chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular.

Introdução

A História da EJA no Brasil

Pretendemos situar, o possível leitor desse trabalho, sobre a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, para que esse possa a partir dessa escrita, se já não o fez, compreender melhor a trajetória dessa modalidade de ensino no país.

¹Graduada em Pedagogia Licenciatura pela universidade Federal do Rio Grande, mestranda pelo Programa de pós Graduação em Educação da FURG (PPGeDU/FURG), professora na E.E.M. Engenheiro Roberto Bastos Tellechea. Educadora popular no Curso Quinta Superação. E-mail: veridianaqcaseira@gmail.com

²Orientador Doutor em Educação e Professor de Metodologia da Pesquisa no Instituto de Educação e no Programas de Pós-Graduação em Educação, Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Coordenado do Programa de Auxílio ao Ingresso aos Ensinos Técnico e Superior - PAIETS-FURG. Tutor do Grupo PET Conexões de Saberes da Educação Popular e Saberes Acadêmico. E-mail: vilmar1972@gmail.com

Para tanto iremos esboçar o que entendemos como ações em educação de jovens e adultos desde a chegada da colonização portuguesa em terras brasileiras. Uma modalidade, por vezes, ignorada e negligenciada que passa a ganhar força através dos movimentos populares, como aponta SAMPAIO & ALMEIDA (2009):

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma história que se produz à margem do sistema de educação, impulsionada pela luta dos movimentos sociais, marcada pelo domínio e pela exclusão estabelecidos historicamente entre a elite e as classes populares neste país. (p.13)

Estudar a história da EJA para entendê-la atualmente, trata-se de uma tarefa complexa e muito minuciosa, uma vez que, nossa intenção é resgatar a história dos sujeitos que fizeram e fazem parte desse processo, entendendo que as lutas dos movimentos sociais e desses sujeitos são muito significativas para o atual desdobramento dessa modalidade de ensino.

Para tanto traremos em nossos escritos autores que contribuem para a produção de conhecimento nessa área, além de documentos sobre a legislação constitucional e educacional brasileira referente à Educação de Jovens e Adultos, bem como programas e projetos que tenham influenciado na constituição de sua história.

Definir a Educação de jovens e Adultos a partir do campo conceitual da Educação Popular nos parece fundamental, pois entendemos que *vários autores comungam hoje da opinião que a EJA é bem mais compreendida quando a situamos como Educação Popular. (BARRETO, 2005, p.43)*. Ao nos debruçarmos sobre a história da EJA no Brasil, estamos também nos debruçando sobre a história da Educação Popular (EP) do país, sobretudo, se estivermos tratando de meados do século XX, onde a EJA recebeu avanços no que diz respeito à dimensão política e legal da modalidade, a partir de movimentos populares, como veremos adiante. Num esforço de ilustrar a importância dessa relação EJA/EP Barreto recorre a Freire:

A Educação de Adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente. Certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular. Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (FREIRE, 2003, p.16 apud BARRETO, p.44/45, 2005)

Nesse sentido não convém separar ambas as manifestações de educação, pois juntas se completam e se constituem, ganham força, vida e resiliência para enfrentar e, por vezes, superar o preconceito e o desrespeito que constituem suas histórias.

Desenvolvimento

Do Brasil Colonial ao Imperial

Acreditando na perspectiva de que há educações e não apenas uma educação, vislumbrar manifestações instrutivas como princípios religiosos, normas, leis e ofícios podem e, necessitam ser considerada como ações educativas existentes desde o começo da história do Brasil Colônia. Os portugueses religiosos aferiram aos índios (crianças, jovens e adultos) esses ensinamentos através da catequização.

Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p.109)

No período seguinte da história do Brasil, o Pombalino, as manifestações de ensino a jovens e adultos desaparecem, pois nessa época a catequização perde sua intensidade a partir da expulsão dos jesuítas em 1759 e a educação começa a ser dividida por classes como aponta STRELOW (2010):

As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. (p.51)

Desse modo, não encontramos registros de que adultos da época recebessem algum tipo de instrução específica, além das possíveis instruções a cerca das atividades de trabalho. Nesse período instala-se o que futuramente estudiosos críticos da educação vão denominar como o surgimento da elitização da educação. Uma educação para poucos, os abastados.

Com a primeira constituição brasileira, a Imperial de 1824, há de maneira breve e bem ampla um movimento sobre a educação que diz o seguinte: *instrução primária e gratuita a todos os cidadãos*. Segundo Strelhow:

(...) essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. (2010, p. 51)

Embora a lei não tenha sido cumprida, houve a partir dessa constituição um maior interesse legal sobre a educação pública no Brasil, tornando-se tema jurídico das constituições brasileiras posteriores e colaborando para algumas iniciativas no sentido da educação a trabalhadores adultos nos anos seguintes de acordo com Paiva (1973).

Primeira República do Brasil

Na constituição de 1891, a primeira da era republicana, ficou delegada às províncias e aos municípios, a responsabilidade pelo ensino básico, tendo a União a responsabilidade maior com o ensino secundário e superior.

Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente. (HADDAD & DI PIERRO, 2000, p. 109).

A mesma constituição negou ao adulto analfabeto o direito do voto, sendo essa a maioria da população adulta do país, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000). Junto a isso uma forte pressão se instaura aos analfabetos no Brasil, as províncias passam a vê-los como um mal, algo negativo e há um interesse para mudar essa situação. *No século XX houve grande mobilização social para acabar com esse mal, o analfabetismo (STRELHOW, 2010, p. 51)* nas palavras de Martins (2013), nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com alfabetização de adultos se tornou mais intensa e favoreceu o surgimento de várias campanhas e programas, alguns deles promovidos por associações de intelectuais e outros pelos

próprios estados e municípios. Sendo criado em 1915 a Liga do Analfabetismo, no estado do Rio de Janeiro, entre outros órgãos em diferentes estados e municípios, a fim de *empreender um verdadeiro combate cívico contra o analfabetismo (...)*. (MARTINS, 2013, p.16).

Nas décadas de 1920 e 1930 a população, assim como os educadores, passam a exigir maior atenção das políticas públicas para a educação de jovens e adultos, num movimento que expressa à força da manifestação popular. Os *renovadores da educação passam a exigir que o estado se responsabilize definitivamente pela oferta desses serviços.* (HADDAD & DI PIERRO, 2000, P.110). O Brasil começa nessa época seu processo de industrialização e urbanização aumentando com isso a necessidade de alfabetizar e instrumentalizar a população.

A Constituição Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 1934 prevê um capítulo exclusivo para tratar da educação e cultura, o capítulo II, que apresenta o seguinte texto em seu artigo 149:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

É nessa Constituição que a Educação de jovens e Adultos passa a ser tratada de forma mais sistematizada a partir da criação do Plano Nacional de Educação (PNE):

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;

Embora a Constituição de 1934 tenha avançado na sistematização da EJA a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) compreendemos que o verdadeiro avanço da modalidade, se deu no II Congresso Nacional de Educação de jovens e Adultos que ocorreu no ano de 1958 e que contou com a participação de Paulo Freire.

Em 1958, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente da república, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no “Congresso de Educação de Adultos”. Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire (GADOTTI, 2000 IN FRIEDRICH, BENITE, BENITE E PEREIRA, 2010, p.396).

Tal congresso apontou para o importante olhar da educação como uma garantia por direito e para a preocupação com a responsabilidade social e política da educação, algo que ainda não havia sido pensado até então. Uma EJA que enxergava para além do mecanicismo do ato de ler e escrever uma educação para a conscientização como explica Freire: *A conscientização implica, pois, que ultrapássemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objetivo cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.* (FREIRE, 2001, p.30). Sobre o congresso:

[...] marcava o Congresso o início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos esforços realizados pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (Paiva, 1973, p. 210 In HADDAD & DI PIERRO, 2000, p.112)

No ano de 1964 o Ministério da Educação cria o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, organizado por Freire, baseando-se em sua experiência em Angicos. Essa como outras experiências da EJA no Brasil foi rapidamente extinta, sobretudo durante o período militar, embora tenha sido criado nesse mesmo período o Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL).

Na década de 1960 a Educação Popular e a alfabetização de jovens e adultos caminham juntas e formam a um grande movimento de participação popular no Brasil.

De acordo com o *Plano Nacional de Educação (2000)*, a *Constituição Federal*, referindo-se a de 1988: *determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração do poder público que conduzam a erradicação do analfabetismo (art.214, I)*. O mesmo texto expressa que embora tenha diminuído os índices de analfabetismo no Brasil, os números ainda são excessivos e envergonham o país,

atingindo 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos, de acordo com o censo do IBGE de 1996.

Com a substituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), no ano de 2007, ficou garantindo para a modalidade de EJA os mesmos direitos das outras modalidades que integram a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio). O que entendemos como um ganho político para a modalidade.

Considerações

Ao apresentarmos esse histórico, que ainda está em andamento, da Educação de Jovens e Adultos no Brasil podemos perceber o quanto próxima essa modalidade de ensino está da Educação Popular. Numa relação intrínseca, que por vezes se entrelaça e passa a ser uma só, a EJA e a Educação Popular constroem sua história alicerçada em lutas sociais, por uma educação menos exclusora e menos dualista.

Defendemos, portanto um processo de mudança educacional na Educação de Jovens e Adultos que apresente bases mais fortes, entendendo que isso é bem mais possível se a EJA estiver articulada ao pensamento da Educação Popular, pois, assim como afirma o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (2014):

(...) a questão política da Educação Popular é a defesa de uma classe social, que se identifica com os mais empobrecidos numa sociedade marcada historicamente pela exclusão social como a brasileira, pautada na construção democrática de um projeto de nação e de mundo que supere essas desigualdades sociais. (p.29).

Nesse sentido conhecer um pouco da trajetória da EJA em nosso país se faz necessário na luta de seus direitos como modalidade de ensino. Problematicar sobre a EJA relacionada à Educação Popular é o que desejamos nesse evento que nos convida a discutir sobre uma educação mais humanizadora. Não pretendemos ao finalizar esse encontro sair com receitas prontas, pois nossa perspectiva histórico crítica, não nos permite acreditar nessa condição, queremos sim finalizar esse encontro mais

esperançosos, mais críticos, mais sonhadores, acreditando que ainda é possível acreditar na utopia de uma educação de qualidade e para todos.

Referências

BARRETO, Sabrina das Neves. **O processo de alfabetização na MOVA RS: narrativas e significados na vida de mulheres.** Dissertação – Fundação Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2005.

BEHREND, Danielle Monteiro; BARRETO, Sabrina das Neves. **Especificidades da Educação de Jovens e Adultos: pensamentos, histórias, narrativas e práticas pedagógicas.** Coleção adernos Pedagógicos da EaD. Editora da FURG, Rio Grande. RS, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a Prática; escritos de viagem e estudos sobre a educação.** Edições Loyola, São Paulo. SP, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n° 9.394/96.**

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Cadernos, ano XXI, n° 55. Novembro de 2001. SITE: WWW.scielo.br/pdf/acedes/ Acessado em: 14 de Outubro de 2014 as 15:00hs

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra. 17ª Ed. Rio de Janeiro. RJ, 1987.

MIRANDA, Sícerio Augustinho. **Os Saberes Matemáticos no Cotidiano dos Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais de Pesca da Cidade de Rio Grande.** Qualificação – Universidade federal do Rio Grande, Rio grande, 2014.